

FISCALIDADE I

Licenciatura em Contabilidade

Licenciatura em Contabilidade (Pós-Laboral)

Código: 12121

Área Científica Predominante: Fiscalidade

Docente: José Carlos de Castro Abreu

Idioma de Instrução: Português

Regime: S2

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 108h

ECTS: 6,0

Objetivos

A presente unidade curricular combina o estudo sobre a aplicação e funcionamento do IRS e impostos sobre o património, com uma visão ampla da teoria do direito fiscal, com o objetivo de preparar os alunos para uma carreira profissional na área da consultoria fiscal.

Apreender o conceito da tributação unitária através da decomposição analítica dos rendimentos e identificar as fontes e determinação dos rendimentos líquidos;

Identificar as formas de tributação aplicáveis aos diferentes tipos de sujeitos passivos;

Compreender as obrigações de retenção na fonte e de pagamento;

Identificar e preencher declarações e conhecer os prazos para o cumprimento das obrigações;

Reconhecer e quantificar as várias deduções à coleta;

Caracterizar a tributação dos imóveis em sede de IMI;

Conhecer as transmissões de imóveis sujeitas a IMT;

Conhecer as novas realidades sujeitas a Imposto do Selo que o transformaram também num imposto sobre o património.

Resultados da Aprendizagem

Após a conclusão desta unidade curricular, o aluno deve ser capaz de:

Conhecer e analisar a legislação fiscal, identificar e resolver questões para problemas reais de natureza tributária dentro da lei fiscal;

Identificar as fontes dos rendimentos e respetiva determinação dos rendimentos líquidos e seu englobamento;

Distinguir a forma de tributação dos residentes e dos não-residentes;

Reconhecer e quantificar as várias deduções à coleta previstas no Código do IRS;

Compreender as obrigações de retenção na fonte e de pagamento;

Identificar e preencher declarações e conhecer os prazos para o cumprimento das obrigações declarativas.

Caracterizar a tributação dos imóveis em sede de IMI, quantificando a correspondente base tributável.

Conhecer as transmissões de imóveis sujeitas a IMT, determinando a sua base tributável, sujeito passivo, taxas aplicáveis e isenções;

Conhecer as novas realidades sujeitas a Imposto do Selo que o transformaram também num imposto sobre o património.

Conteúdos Programáticos

1. O IRS no contexto dos restantes impostos do sistema fiscal português
2. Análise do DL 442-A/88 (diploma que aprovou o Código do IRS)
3. Incidência Pessoal
4. Caracterização das diferentes categorias de rendimentos;
5. Cálculo do Rendimento Líquido de cada uma das categorias de rendimentos;
- 5.1. Categoria A (rendimentos de trabalho dependente)
- 5.2. Categoria H (Pensões)
- 5.3. Categoria B (rendimentos empresariais e profissionais)
- 5.4. Categoria E (Rendimentos de Capitais).
- 5.5. Categoria F (Prediais)
- 5.6. Categoria G (incrementos patrimoniais).
6. Determinação do rendimento global líquido.
7. Taxas.
8. Determinação da coleta.
9. Deduções à coleta.
10. Retenção na fonte e taxas liberatórias.
11. Obrigações acessórias e de pagamento.
12. A declaração modelo 3 de IRS.
13. A Tributação do Património
- 13.1. O Imposto Municipal sobre Imóveis
- 13.2. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- 13.3. O Imposto do Selo.

Bibliografia Recomendada

Carlos, Américo Brás; Abreu, Irene; Durão, João Ribeiro; Pimenta, Maria Emília (2023). Guia dos Impostos em Portugal 2023, Edição Quid Juris.

PEREIRA, Paula Rosado (2023). Manual de IRS, 5.ª Edição, Almedina, Coimbra.

PIRES, José Maria Fernandes (2018). Lições de impostos sobre o património e do selo. Almedina.

PIRES, José Maria Fernandes. O Adicional ao IMI e a Tributação Pessoal do Património (2018). Almedina, Coimbra.

RICARDO CATARINO, João; BRANCO GUIMARÃES, Vasco (2018). Lições de Fiscalidade - Volume I – Princípios Gerais e Fiscalidade Interna. Almedina, Coimbra.

ROCHA, Santos António; Brás, Eduardo José Martins (2022), "IMI – IMT e Imposto do Selo" – 3.ª edição, Almedina

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Nesta unidade curricular uma das suas vertentes é a tributação do rendimento, onde o enquadramento fiscal dos rendimentos das pessoas singulares assume particular relevância, quer pelo número de contribuintes abrangidos, quer pela receita fiscal que gera.

Outro objetivo é que os estudantes conheçam os principais aspetos relacionados com a tributação do património, quer seja pela posse de imóveis, quer pela sua transmissão (onerosa ou gratuita).

Desta forma, os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base os objetivos que se pretendem alcançar, bem como as competências a serem adquiridas pelos estudantes.

Em cada um dos domínios de abordagem se tem em vista o objetivo que visa o desenvolvimento de um espírito crítico e de iniciativa para que os alunos que exerçam ou venham a exercer atividade na área contabilístico-fiscal sejam capazes de identificar as melhores práticas e, com autonomia, saber aplicá-las à realidade própria de cada entidade.

Métodos de Avaliação

No âmbito da Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de avaliação:

Avaliação formativa adequada à aquisição de conhecimentos, capacidades e competências através de testes, resolução de exercícios e trabalhos, individuais e/ou em grupo;

Cálculo da classificação final:

Teste parciais - serão realizados dois testes parciais. Em cada um deles estará sujeita a avaliação a matéria lecionada até à data do teste. As ponderações serão as seguintes:

· 1.º teste - 30% - nota mínima de 8 valores; Data a confirmar pela Direção do Curso e indicada no cronograma do curso;

· 2.º teste - 70% - nota mínima de 8 valores; Data a confirmar pela Direção do Curso e indicada no cronograma do curso.

Para obter aprovação, o aluno terá que obter uma classificação final, resultante da ponderação dos 2 testes, de, no mínimo, 9,5 valores. Nas épocas de exames e especial, a avaliação resulta apenas de um exame (100%).

As restantes regras de avaliação obedecem ao previsto no Regulamento de Avaliação de Conhecimentos e Competências (RACC).